

A sombra do “homo oeconomicus” Sobre a necessidade de uma ética do trabalho integrada e útil à vida

**Palestra por ocasião da Recepção de São Miguel Arcanjo oferecida pelo Escritório
Católico em 17 de setembro de 2008
na Academia Católica de Berlim**

(Tradução: Jutta Gruetzmacher)

I. Sobre o conceito e suas origens

“Homo oeconomicus” significa, primeiro, o homem economicamente ativo. Porém, muitos também desejam enxergar por trás do termo o “homem econômico”, transformando-o, então, em objeto das relações de troca. De qualquer modo, o controverso termo “homo oeconomicus” é um dos conceitos essenciais da economia clássica, que, após passar por várias modificações, ressurgiu na variante neoclássica. Com facilidade presta-se a polêmicas e apologias. Pretendemos retomá-lo aqui, não para fazer dele uma caricatura, mas sim para analisar questões correlatas que envolvem ética e teoria econômica, ou até mesmo a economia.¹

Para compreender a origem do conceito, talvez seja importante uma breve retrospectiva. A principal função da atividade econômica já não é mais apenas atender à demanda interna. O mercantilismo do início da modernidade transformou profundamente a economia. Já desde estes primórdios da economia de mercado, visava-se a maximização do lucro. Isto mudou a mentalidade dos comerciantes e passou a ser representativo para o *homo oeconomicus* em formação. Em meados do século XVIII, os fisiocratas defendiam a convicção de que os processos econômicos se desenvolvem segundo leis naturais. No centro desta afirmação está o princípio da racionalidade, que, em relação ao comportamento humano, é entendido como o empenho de uma pessoa em obter o máximo de ganhos e fruição ao menor custo possível. Hedonismo e egoísmo passaram a ser os princípios orientadores da economia. O empenho extremo por benefícios econômicos não mais é visto como um prazer negativo, mas passou a ser avaliado como uma qualidade positiva. A partir daí, a economia passou a ser encarada como um domínio independente da ética. A economia nacional clássica reforçou ainda mais este aspecto. Agir em seu próprio interesse e benefício passou a ser a principal motivação das ações humanas. Era possível justificá-lo eticamente com o argumento de que uma atitude individual que busca o próprio bem quando praticada por todos os indivíduos de uma sociedade estaria supostamente contribuindo para o bem comum. No período neoclássico, ou seja, ao final do século XIX, evoluiu o modelo do *homo oeconomicus* e o termo passa de fato a ser usado. Desta forma, surge o raciocínio do custo-benefício e o princípio da maximização

¹ De forma introdutória, verificar a temática em A. Suchanek, *Homo oeconomicus* in: G. Enderle et al (Ed.) *Lexikon der Wirtschaftsethik*, Freiburg i.Br. 1993, p.426-431; em relação ao contexto mais atual, consultar J. Gerlach, *Ethik und Wirtschaftstheorie. Modelle ökonomischer Wirtschaftsethik in theologischer Analyse*, Gütersloh 2002; R. Rolle, *Homo oeconomicus. Wirtschaftsanthropologie in philosophischer Perspektive*, Würzburg 2005; A. Dietz, *Der Homo oeconomicus. Theologische und wirtschaftsethische Perspektiven auf ein ökonomisches Modell*, Gütersloh 2005. Os escritos de Rolle e Dietz também se referem ao contexto histórico. Quanto à dimensão histórica, consultar principalmente R. Manstetten, *Das Menschenbild der Ökonomie = Alber-Reihe Thesen 7*, Freiburg i.Br. 2000

dos benefícios. Tais benefícios passam a ser mais facilmente quantificáveis no momento em que a matemática passa a ser aplicada às ciências econômicas. Por outro lado, a subjetivação da economia aumenta cada vez mais devido ao postulado do individualismo metodológico e à tendência de interpretação subjetiva dos valores.²

Esta breve retrospectiva já é suficiente para explicar a razão pela qual o modelo foi entendido e aplicado de formas tão distintas ao longo dos tempos, principalmente pelos próprios economistas. Esta é também a causa de seu notável desenvolvimento.³ É fácil entender também porque filósofos e teólogos se tornaram tão céticos em relação ao modelo, pois economia e ética foram se distanciando cada vez mais, o que, por outro lado, também contribuiu para que o real sentido do modelo fosse menos compreendido.

II. A Função do Modelo do *Homo Oeconomicus*

É preciso entender com que finalidade foi criado o modelo do *homo oeconomicus* e a que serve. Muito rapidamente, passou-se a enxergar no *homo oeconomicus* a imagem que a economia e as ciências econômicas têm do homem. Decerto, havia referências para tanto na literatura econômica. Nesta linha, alguns consideram o *homo oeconomicus* uma concepção empírica do homem bastante pertinente.⁴ Outros argumentam de forma mais normativa e veem a imagem do *homo oeconomicus* melhor consubstanciada na “Moral dos mercados abertos”. O *homo oeconomicus* é alguém disposto a definir suas próprias metas e objetivos. Por isto, assume a responsabilidade tendo plena consciência do alcance de suas realizações. É um princípio oposto ao da filosofia dominante na Europa na época, do homem como ser social, mas o modelo é recebido com apoio consciente.⁵

Enquanto muitos críticos enxergam neste modelo uma “imagem abreviada” do homem, outros economistas advertem não se tratar aqui de uma imagem do homem na acepção da teologia e da filosofia. A intenção não é descrever o homem na totalidade de sua existência fundamental, tampouco em suas dimensões atuais e históricas. “O *homo oeconomicus* representa um *modelo* de homem que foi criado com *fins muito específicos de pesquisa* e pode ser útil apenas dentro deste contexto.”⁶

Esta função do modelo somente pode ser entendida a partir da singularidade dos modernos acontecimentos econômicos. O ponto de partida é o conceito de estrutura dilemática. “Uma estrutura dilemática caracteriza uma *situação em que conflitos de interesse impedem a realização de interesses comuns*.”⁷ Se, por um lado, os participantes de um processo econômico geral partem do princípio de que há interesses comuns, por outro, há sempre a desconfiança de que, com esta atitude, os outros nos poderão “explorar”. Portanto, cada um deverá ficar vigilante pondo em prática uma “contra-exploração preventiva”. Isto também se denomina “dilema dos presos”, fazendo referência a uma situação em que dois presos acusados do mesmo crime podem se comportar de forma muito distinta e tentar, cada um a

² Cf. resumo correspondente na obra de A. Dietz, *Der Homo oeconomicus*, p.54 segs.

³ Veja em R. Rolle, *Homo oeconomicus*, p. 228-236.

⁴ Cf., p.ex., G. Kirchgässner, *Homo oeconomicus. Das ökonomische Modell individuellen Verhaltens und seine Anwendung in den Wirtschafts- und Sozialwissenschaften = Die Einheit der Gesellschaftswissenschaften* p. 74, Tübingen 1991.

⁵ Cf., p.ex., H. Giersch, *Die Moral der offenen Märkte*, in: Frankfurter Allgemeine Zeitung, Nr. 64, 16 de março 1991, p. 13.

⁶ K. Homann/F. Blome-Drees, *Wirtschafts- und Unternehmensethik = UTB 1721*, Göttingen 1992, p. 93 (sobre o tema: p. 92-98).

⁷ Segundo K. Homann/A. Suchanek, *Ökonomik: Eine Einführung*, 2. Ed., Tübingen 2005, p. 31 seg.

sua maneira, diminuir sua culpabilidade, confessando ou negando sua participação no crime.⁸ A efetivação de interesses comuns pode fracassar, dependendo da estrutura de uma situação. E é precisamente por esta razão que este esquema se torna tão fundamental para a economia: é o ponto de partida ou aquilo que motiva a sempre buscar na situação dos protagonistas aqueles fatores que possam evitar que a cooperação seja usada para benefício mútuo”.⁹ Não existe interação sem que haja, ao mesmo tempo, interesses comuns e conflitantes. Por esta razão, problemas econômicos sempre possuem duas ou mais faces. O resultado sempre dependerá da ação de pelos menos dois envolvidos. Importantes são as diversas “estruturas de motivação” que desencadeiam, modificam ou abortam determinado comportamento. Trata-se da re-ação de cada um em determinadas situações problema.

O *homo oeconomicus*, portanto, é um modelo por meio do qual é possível testar as eventuais reações dos parceiros envolvidos em determinadas situações. Sendo assim, definitivamente não se trata de uma visão do homem. K. Homann repetidamente chamou a atenção para isto: “o *homo oeconomicus* não é uma imagem do homem, mas sim um construto teórico para a representação do comportamento em estruturas dilemáticas. Por isto, não deriva da Antropologia ou das Ciências do Comportamento, mas sim da problemática das estruturas dilemáticas”.¹⁰ É natural que se insiram, neste modelo fundamental, outros elementos estruturais: eficiência, mercado, concorrência, propriedade privada, ambição de ganhos, maximização dos benefícios.

Os defensores do modelo de *homo oeconomicus* corretamente entendido chamam atenção para o fato de que, na economia moderna, não está em questão a regulação da demanda na esfera de casamento e família, parentesco e estruturas comunitárias, mas sim de uma sociedade extensa e fundamentalmente anônima que se guia por outras leis. Neste contexto, talvez possamos delinear as vantagens da seguinte maneira: o modelo contém vários aspectos positivos, dos quais vale a pena destacar quatro. Primeiro, é eficiente ao justificar comportamentos, uma vez que, em muitas situações, é importante o desejo de otimização dos benefícios individuais. Segundo, o modelo em geral possibilita a elaboração de previsões certas de comportamentos, oferecendo, portanto, uma compreensão útil à condução de processos humanos, principalmente os econômicos. Terceiro, o modelo pode ser visto como útil para a criação de estruturas legais menos falhas, em que certas normas sejam auto-executáveis fazendo com que não valesse a pena cometer crimes. Entretanto, sob uma perspectiva puramente teológica, a formulação de leis não estaria refletindo determinadas questões éticas essenciais. Quarto, o modelo contribui de modo positivo para a criação de condições adequadas de análise de situações que revelem formas de cooperação que tragam benefícios mútuos.”¹¹

Com isto em mente, é possível entender as limitações da função do modelo do *homo oeconomicus* e necessário não poupar esforços em sua análise.¹²

⁸ Cf. K. Homann, *Homo oeconomicus und Dilemmastrukturen*, in: H. Sautter (Ed.), *Wirtschaftspolitik in offenen Volkswirtschaften*. Publicação comemorativa para H. Hesse no 60º aniversário, Göttingen 1994, p.387-409; a respeito deste: K. Homann/A. Suchanek, *Ökonomik*, p. 31 segs., passim.

⁹ K. Homann/A. Suchanek, *Ökonomik*, p. 34 (em parte bloqueado ou cursivo).

¹⁰ *Ibidem*, 412

¹¹ A. Dietz, *Der Homo oeconomicus*, p. 55 seg.

¹² Cf. também K. W. Rothschild, *Ethik und Wirtschaftstheorie*, Tübingen 1992, esp. p. 22 seg., passim.

III. A interessante ambivalência do modelo

Em relação ao modelo, existe uma curiosa mistura de assunção quase óbvia e crítica parcial. Como o tema foi bastante elaborado ao longo do tempo, muitas críticas foram sendo refeitas. Entretanto, nas ciências econômicas, há muitas posições conflitantes no que diz respeito ao status teórico do modelo do *homo oeconomicus*. Uns entendem o modelo como hipótese empírica que oferece uma descrição adequada do homem ou pelo menos do comportamento mediano dos homens. Outros encaram o modelo como “ficção com elementos hipotéticos”: o modelo é útil, independente de sua relação com a realidade. Ao longo do tempo, seu conteúdo sofreu maior esvaziamento e formalização. E é precisamente pelo pouco conteúdo que aumentam sua aplicabilidade e utilidade. Em consequência, até os dias atuais, este modelo ainda encontra uma aceitação relativamente grande. “É fato que seus pontos fracos estão sendo cada vez mais discutidos, e algumas correntes estão refletindo não apenas sobre modificações, mas também sobre alternativas possíveis. No entanto, ainda não existe uma alternativa abrangente para o modelo, ou seja, um novo paradigma.”¹³

Fica evidente que as opiniões divergem mais no que diz respeito à fundamentação de uma ética econômica. K. Homann é um dos que sempre buscam a conciliação entre economia e ética, e, apesar de fazer algumas correções e interpretações bastante criativas, não enxerga qualquer contradição de princípios.¹⁴ Ainda assim confessa, relativamente cedo, “que esta economia emprega, pelo menos de forma implícita, algo como uma imagem do homem. Esta imagem do homem por parte da economia funciona como pano de fundo e apenas raramente é explicitada. Também não é muito elaborada e, por conseguinte, é pouco detalhada. Mostra um entendimento mediano do ser humano, um entendimento mundano. E, também, sua descrição é a mais parcimoniosa possível; não se detém em afirmações problemáticas sobre o homem e aproveita ao máximo esta fragilidade de argumentação para promover a aceitação mais ampla possível.”¹⁵

Na verdade, devemos admitir que, fora dos domínios do rigor científico, a elaborada visão metodológica do construto teórico *homo oeconomicus* é entendida no mínimo como projeto de imagem do homem, nivelando bastante sua complexidade diferenciada. Existe de fato uma estrutura bastante básica e genérica do modelo. A ausência de uma interpretação-padrão, até mesmo dentro da disciplina científica, tem efeito negativo. E assim, devido ao primado às vezes pouco ponderado da maximização do custo-benefício e à distância entre os princípios da economia e da ética, há críticas que não podem ser desconsideradas.¹⁶ Parece-me um tanto ingênuo afirmar, de forma genérica, que sejam infundadas as restrições morais contra o uso da categoria do *homo oeconomicus*.¹⁷ No fundo, trata-se apenas de entender o mercado, seu

¹³ A. Dietz, *Der Homo oeconomicus*, 56 (publicado em 2005). De forma similar R. Manstetten, *Das Menschenbild der Ökonomie*, e na comparação crítica também E. Nass, *Der Mensch als Ziel der Wirtschaftsethik. Eine finalethische Positionierung im Spannungsfeld zwischen Ethik und Ökonomie = Abhandlungen zur Sozialethik* 48, Paderborn 2003, p. 305 segs, passim.

¹⁴ Cf. em *Wirtschafts- und Unternehmensethik* p. 92 segs.; esclarecedoras as máximas de „Ökonomik“, p. 411 seg. (10 teses); cf. sobretudo em K. Homann, *Das ethische Programm der Marktwirtschaft* (Publicação da Fundação Européia St. Norbert-Stiftung), Magdeburg 2008, p. 26-40.

¹⁵ *Wirtschafts- und Unternehmensethik*, 97.

¹⁶ Há anos: A. Rich, *Wirtschaftsethik I*, 3. Ed., Gütersloh 1987, p.26 seg.; *Wirtschaftsethik II*, Gütersloh 1990, p. 17, 171, 187, 229; A. Dietz, *Der Homo oeconomicus*; R. Rolle, *Homo oeconomicus*; J. Gerlach, *Ethik und Wissenschaftstheorie*; menos evidente em W. Meyer, *Grundlagen des ökonomischen Denkens*, editado por H. Albert/G. Hesse, Tübingen 2002, p. 214 segs. Quaas, *Soziale Marktwirtschaft. Wirklichkeit und Verfremdung eines Konzepts = Beiträge zur Wirtschaftspolitik* 74, Bern 2006, p. 221 segs., passim.

¹⁷ Cf., p. ex., K. W. Rothschild, *Ethik und Wirtschaftstheorie*, p. 23 (com as consequentes restrições para a situação de fato); apesar de correta, é bastante generalizada a rejeição à crítica de B. Noll, *Wirtschafts- und Unternehmensethik in der Marktwirtschaft*, Stuttgart 2002, p. 40 e ref. 7; em maior detalhe sobre o tema Chr.

poder e as forças a sua volta. Frente a esta situação, é compreensível que seja muito mais dura a crítica de alguns estudiosos à ética econômica, conforme já foi brevemente mencionado antes. Para exemplificar, citamos P. Ulrich com sua “Ética Econômica Integrada” que, na crítica do que considera “um exagero normativo da lógica do mercado”, emprega as seguintes palavras: “Ao invés de inserir o mercado nas relações sociais, como seria correto, ocorre uma inversão radical que as insere no mercado. O desprezo do caráter instrumental do trabalho faz do homem que trabalha o “homem econômico” (*homo oeconomicus*), reduz suas relações com outros homens a meras relações de troca e substitui a idéia da economia de mercado eficiente pela ideologia de uma sociedade de mercado total.”¹⁸

Condicionantes controversas do modelo

Ocasionalmente, encontramos por trás do uso indiferenciado do modelo *homo oeconomicus* tipos de argumentação pouco refletida, definidos genericamente como “economismo”¹⁹. Algumas lideranças da área econômica deixam-se persuadir a justificar medidas impopulares com argumentos questionáveis: “O mercado nos obriga a...” (Tese da Coerção) ou “... mas acabam servindo ao bem comum” (Tese do bem-comum). Cabem diversas interpretações. Por trás de tudo pode estar a convicção de que uma ética econômica sequer seja possível, dadas as condições “coercitivas” da economia de mercado, resultantes da enorme competitividade e da necessidade de racionalidade econômica. Um termo apreciado por seus defensores é o “determinismo econômico”.²⁰ Em seu significado estaria implícito que as ações da economia moderna dispensam qualquer consideração expressa de critérios éticos. Com frequência citam Adam Smith, segundo o qual o processo como um todo seria conduzido por uma “mão invisível”, em referência ao livre mercado, que automaticamente garantiria resultados eticamente bons e justos. Se deixarmos o mercado concluir sua abençoada obra, sua “moral intrínseca” fará com que todos sejam beneficiados.²¹ Neste momento, não desejo discorrer sobre as bases teológicas subjacentes a uma tal assunção (palavra-chave: Deísmo).

Está claro que este tipo de assunção impõe um raciocínio que impede a visão dos desafios éticos presentes na evolução da economia de mercado.²² Seria mais razoável questionar algumas condicionantes que dão origem a determinadas interpretações do modelo do *homo oeconomicus*. Sem dúvida, tais fatores não se encontram com facilidade — e K. Homann os combate de maneira incansável — mas sua existência é inegável, sobretudo na maneira não suficientemente pensada dos comportamentos. No entanto, não cabe fazermos aqui uma análise abrangente destas condicionantes muitas vezes implícitas. Há duas premissas mais importantes neste contexto.

Watrin, *Ordnungssysteme für innerstaatliche wirtschaftliche Prozesse*, in: W. Korff et al (Ed.), *Handbuch der Wirtschaftsethik*, Vol. 2, Gütersloh 1999, p. 216-261.

¹⁸ *Integrative Wirtschaftsethik. Grundlagen einer lebensdienlichen Ökonomie*. Quarta edição, totalmente revisada, Bern 2008, p.139 (cf. também p.163, 190, 200 segs., p. 314, 329, 335, 343); a respeito, o mesmo *Zivilisierte Marktwirtschaft. Eine wirtschaftsethische Orientierung = Herder spektrum 5579*, Freiburg i.Br. 2005; para justificar o conceito de ética econômica integrada cf. também D. Mieth/O. J. Schumann/P. Ulrich (Ed.), *Reflexionsfelder integrativer Wirtschaftsethik*, Tübingen 2004. Sobre as abordagens da ética econômica, cf. especialmente K. Homa P. Ulrich, crítico E. Nass, *Der Mensch als Ziel der Wirtschaftsethik* (cf. ref. 13).

¹⁹ Cf. a respeito P. Ulrich, *Integrative Wirtschaftsethik*, p. 139 segs., p. 218 e segs., p. 397 segs. (cf. tb Reg.: 548).

²⁰ A respeito, *ibidem*, p. 139 segs., p. 162 segs., p. 439 seg., p. 444; cf. já em W. Eucken, *Die Grundlagen der Nationalökonomie*, 9ª.Ed., Berlin 1989, p. 185.

²¹ Cf. *ibidem*, p. 139 seg.; cf. em relação a „mão invisível“ R. Manstetten, *Das Menschenbild der Ökumene*, p. 143 segs., p. 151 segs., p. 259 segs.

²² Em relação a outros impulsos e motivos que influenciaram a economia social de mercado, cf. K. Lehmann, *Notwendiger Wandel der Sozialen Marktwirtschaft = Ludwig Erhard Lectures*, Berlin 2002.

A primeira, que não muito acertadamente é também denominada “axioma do egoísmo”, enxerga no indivíduo economicamente ativo um ser que age predominantemente em seu próprio interesse, que não apenas conhece muito bem suas preferências, mas persegue estes interesses fixos procurando maximizar seus próprios benefícios. A segunda aponta as condições sob as quais a maximização de benefícios individuais seria alcançada ao menos numa situação ideal. Presume-se que o sujeito econômico oriente suas ações de modo racional e seja capaz de optar sempre pela alternativa que lhe permita atingir o objetivo da maximização de benefícios.

Ainda que isto não represente nenhuma imagem do homem, como já foi dito, mas antes um esquema de explicação ideal e abstrato, além de estabelecer um contexto uniforme de análise, é necessário nos determos um pouco sobre as condicionantes manifestas ou latentes ali contidas.

J. Röpke²³ descreve estas condicionantes com certa ironia: “o sujeito econômico idealizado no período neoclássico, o *homo oeconomicus*, maximiza seu benefício (lucro) e não tem qualquer dificuldade cognitiva que o impeça de escolher a melhor entre diversas alternativas; a busca de informações e a tomada de decisão não requerem maiores recursos, ou seu montante pode ser precisamente calculado; o homem econômico neoclássico é capaz de reunir informações abrangentes sobre preços e quantidades de qualquer mercadoria ou outros fatores, e sequer precisa ter uma noção completa de todos que compõem o ambiente competitivo. Não obstante, situações de incerteza futura precisam ser traduzidas em cálculos de probabilidade para se obter condições de *segurança*”. Certamente, tal modelo de homem econômico pode ser questionado de várias maneiras.²⁴

Sem dúvida, todos os conceitos usados aqui devem ser tratados de forma diferenciada. Isto vale para o entendimento dos conceitos de eficiência, benefício, racionalidade econômica, benefício próprio e, naturalmente, para o conceito de egoísmo. O entendimento não deve passar por uma percepção caricata do capitalismo. Nem tudo precisa ser explicado e explicitado em relação a ele. Uma parte não desprezível dos mal-entendidos advem do fato de que alguns destes conceitos, p.ex. o de benefício próprio, são entendidos de forma diferente no pensamento anglo-saxão, onde não se exclui de antemão o benefício ou a solidariedade para com os outros.²⁵ Ainda assim, não quero negar que sejam cabíveis questionamentos desta concepção. Gostaria de selecionar alguns conceitos básicos a fim de descrever esta problemática.

No âmbito dos três grandes princípios que orientam a economia moderna – razão, progresso e liberdade – tratemos primeiro do trabalho razoável. Quase em toda parte domina o entendimento de que “a noção econômica do trabalho razoável, isto é, a noção adquirida com a experiência do trabalho produtivo, do manuseio *eficiente* de recursos ou bens escassos, seja a essência da racionalidade ou da razão em si. A racionalidade econômica compreendida desta maneira é vista como a razão *total*.”²⁶

Desde os primórdios da sociedade industrial moderna há 200 anos, o aumento da eficiência em nossa atividade econômica e o maior bem-estar que esta proporciona constituem o

²³ *Die Strategie der Innovation. Eine systemtheoretische Untersuchung der Interaktion von Individuen, Organisation und Markt im Neuerungsprozess*, Tübingen 1977, p. 260.

²⁴ Neste contexto cf. P. Ulrich, *Integrative Wirtschaftsethik*, p. 141 segs., p. 175 seg.; do mesmo autor, *Zivilisierte Marktwirtschaft*, p. 19 seg., p. 45 seg.

²⁵ Neste contexto, cf. O. Höffe, *Einführung in die utilitaristische Ethik*, 4a. edição, Stuttgart 2008. Especialmente R. Manstetten, *Das Menschenbild der Ökonomie* (cf. ref.1), p.62 segs., p. 166segs., p.174 segs., p. 208 segs., p. 227 segs., p. 268 segs.. Para o contexto restante, cf. também K. Lehmann, *Ist der Sozialstaat am Ende?* = *Hildesheimer Universitätsreden* NF 3, Hildesheim 2005 (Lit. com outros estudos próprios).

²⁶ P. Ulrich, *Zivilisierte Marktwirtschaft*, 22; o mesmo, *Integrative Wirtschaftsethik*, p. 111 segs., passim.

princípio que determina o progresso do homem e da sociedade. No entanto, nas últimas décadas, tem sido cada vez mais questionada a direção em que nos leva este crescimento e se este processo quase infinito continua sendo de fato “razoável”. Neste contexto, já na década de quarenta, M. Horkheimer escreveu em sua famosa análise “Crítica da razão instrumental”: “Considerada a maneira como (a ação pela ação) é entendida e praticada em nossa civilização, a crescente racionalização tende a aniquilar justamente aquela substância da razão em nome da qual se defende o progresso.”²⁷

Hoje, todos entendem claramente que pode faltar razoabilidade, por exemplo, na produção e no transporte de carga e principalmente no impacto ambiental por eles causado. Pois, neste caso, trata-se de uma razão que envolve também as questões práticas da vida dos homens e não apenas a lógica do sistema da economia de mercado.²⁸ “Assim sendo, o *trabalho razoável* do ponto de vista integral da prática de vida, por conseguinte, orienta-se pelo grau de utilidade à vida – e isto parece ser da natureza das coisas.”²⁹

Foi precisamente P. Ulrich quem mostrou que isto nos remete a duas categorias fundamentais que estão no centro do pensamento ético europeu, isto é, a idéia da boa vida e a necessidade de uma convivência justa entre os homens.³⁰ E isto liga o problema do trabalho razoável, em particular no que concerne ao progresso irrefreado, às questões de sentido e legitimação.³¹ Não creio que seja necessário repetir que não nos opomos ao critério objetivo da eficiência econômica em si, mas queremos enfatizar a questão do “para que e para quem uma economia (de mercado) útil à vida deve funcionar de forma eficiente... Num entendimento amplo do que seja o trabalho razoável, a eficiência é, portanto, um critério de importância sistematicamente secundária, que somente poderá ser justificada como útil à vida em função de seu sentido e de suas condições de legitimação.”³²

Além disto, é fácil entender que P. Ulrich tem razão quando deduz dali sua concepção de ética do trabalho: “a ética do trabalho, como a entendo, é a interdisciplina que obstinadamente reflete o “agregar valor” econômico em função de sua razoabilidade *no contexto de vida* das pessoas.”³³ Assim, por exemplo, critérios de competitividade global e internacional, ou seja, de eficiência econômica, podem estar em considerável conflito com a utilidade à vida concreta de uma realidade local.³⁴ Nada disto deve ser visto como defesa de um sistema de produção não eficiente. “Uma ordem eficiente, que permita o enriquecimento pessoal, pode até ser tentadora – porém, não seriam mais tentadores aqueles sistemas ineficientes que somente conhecem o enriquecimento sorrateiro, despertam a astúcia dos egoístas e conduzem o indivíduo movido apenas por seus próprios interesses a ações moralmente condenáveis,

²⁷ Frankfurt a.M. 1967, 14. Não deve ser esquecido que o texto original em inglês remonta ao período da guerra e pós-guerra (concretamente a 1946). Cf. *tb* *Gesammelte Schriften*, Vol. 6, Frankfurt a.M. 1991, p. 26.

²⁸ *Mais convincente: Einzelbeispiele bei P. Ulrich, Zivilisierte Marktwirtschaft*, 22 segs.

²⁹ *Ib.*, p. 27 e ref. 17 na p. 187, onde se faz referência aos teólogos evangélicos E. Brunner (*Das Gebot und die Ordnungen*, 4a. ed., Zürich 1978, p.387) e A. Rich (*Wirtschaftsethik*, Vol. II, Gütersloh 1990, p. 23) em relação ao conceito de utilidade à vida.

³⁰ Maiores detalhes em P. Ulrich, *Integrative Wirtschaftsethik*, p.205 segs., p.219 segs., passim. Cf. sobre tais conceitos fundamentais W. Vossenkuhl, *Die Möglichkeit des Guten. Ethik im 21. Jahrhundert*, München 2008, p. 296 segs.; E. Mack, *Gerechtigkeit und gutes Leben. Christliche Ethik im politischen Diskurs*, Paderborn 2002. Em relação ao todo O. Höffe, *Lebenskunst und Moral oder: Macht Tugend glücklich?*, München 2007.

³¹ P. Ulrich, *Zivilisierte Marktwirtschaft*, p. 27segs.

³² *Ib.*, p. 29 seg. De forma geral, E. Nass, *Der Mensch als Ziel der Wirtschaftsethik*.

³³ *Ib.*, p. 30.

³⁴ Sobre outras questões cf. *tb*. U. Knobloch, *Effizienz als oberster Wert? Eine Auseinandersetzung mit den Antworten institutioneller Ökonomik*, in: M. Held (Ed.), *Normative Grundfragen der Ökonomik. Folgen für die Theoriebildung*, Frankfurt a.M. 1997, p. 168-188 (em sequência a P. Ulrich).

porque, devido à falta de *perspicácia da idéia*, se vê obrigado a aceitar o prejuízo dos seus semelhantes?”³⁵

Estas reflexões poderiam ser ainda mais desenvolvidas.³⁶ Todavia, mesmo sem ter concluído o raciocínio, pretendo interromper a análise neste ponto a fim de ainda poder abordar o tema em um horizonte mais amplo, aproveitando os esforços da própria teoria e ciência econômica. Não se trata meramente de uma argumentação de quem olha de fora, mas considera algumas perspectivas pelas quais a própria reflexão permite expandir a análise. Já demonstramos a importância de uma visão integrada de economia e ética e quão imprescindível também é a questão concreta de sua utilidade à vida.³⁷

V. Um outro caminho rumo ao *Homo Oeconomicus*

Ficou evidente o quanto é amplo o espectro de interpretações do *homo oeconomicus* e, por conseguinte, o quanto podem ser variadas suas descrições e relações. Só assim se explica, também, que este modelo seja continuamente modificado e regenerado. Ficou claro o quanto é importante – principalmente após as reflexões mais recentes – a integração entre teoria econômica e ética, entre trabalho e “ethos”, sem que as diferentes dimensões sejam diluídas e confundidas. Isto em si já leva à expansão do modelo do *homo oeconomicus*.

Com o desenvolvimento da modernidade surgiram opiniões mais duras sobre a razão econômica. Por exemplo, o cientista econômico francês, S. Latouche, afirmou que a crescente onipotência do econômico vem acompanhada de uma razão, que, empenhada no crescimento sem limites e o máximo de eficiência, baseia-se em pura racionalização, uniformidade e organização. Os aspectos e consequências negativas traduzem-se em excessos caóticos, que já se manifestam quase cotidianamente: epidemias animais, queimadas, cenas assustadoras de engarrafamentos no trânsito, impactos catastróficos das mudanças climáticas. Para Latouche estes são sinais manifestos de uma razão que se transformou em delírio. E é neste sentido que

³⁵ K. I. Horn, *Moral und Wirtschaft. Zur Synthese von Ethik und Ökonomik in der modernen Wirtschaftsethik und zur Moral in der Wirtschaftstheorie und im Ordnungskonzept der Sozialen Marktwirtschaft*, Tübingen 1996, p. 144.

³⁶ Cf., p.ex., E. Mack, *Ökonomische Rationalität. Grundzüge einer interdisziplinären Wirtschaftsethik?* = *Volkswirtschaftliche Studien* 438, Berlin 1994, p. 179 segs., p. 195 seg. Impossível sequer indicar toda a abrangente literatura disponível, que desafia ao aprofundamento do que já foi dito. Cf. apenas *Wirtschaftsethischen Perspektiven*, I a IV = *Schriften des Vereins für Socialpolitik* NF 228/I-IV, Berlin 1994, 1996, 1998; H. G. Nutzinger (Ed.), *Wirtschaft und Ethik*, Wiesbaden 1991; W. Lachmann, *Wirtschaft und Ethik*, Neuhausen 1987; W. Lachmann/R. Haupt (Ed.), *Wirtschaftsethik in einer pluralistischen Welt*, Moers 1991; H. Steinmann/A. Löhr, *Grundlagen der Unternehmensethik*, Stuttgart 1992; P. Koslowski, *Prinzipien der Ethischen Ökonomie*, Tübingen 1988; mesmos autores., *Ethik des Kapitalismus* = Walter Eucken Institut. Vorträge und Aufsätze 87, 3a. Ed., Tübingen 1986 (incl. Comentário de J. M. Buchanan); G. Enderle, *Wirtschaftsethik im Werden*, Stuttgart 1988; U. Steger (Ed.), *Unternehmensethik*, Frankfurt a.M. 1992; K. Homann, *Moral in den Funktionszusammenhängen der modernen Wirtschaft*, Stuttgart 1993; mesmos autores, *Ethik in der Marktwirtschaft* = Roman Herzog Institut e.V., München 2007; H.-J. Müller/J. Isensee (Hg.), *Wirtschaftsethik – Wirtschaftsstrafrecht = Rechts- und Staatswissenschaftliche Veröffentlichungen der Görres-Gesellschaft* NF 61, Paderborn 1991; Y. Spiegel, *Wirtschaftsethik und Wirtschaftspraxis – Ein wachsender Widerspruch?*, Stuttgart 1992; B. Biervert/M. Held (Ed.), *Ethische Grundlagen der ökonomischen Theorie*, Frankfurt a.M. 1989; mesmos, *Ökonomische Theorie und Ethik*, Frankfurt a.M. 1987; F. Hengsbach, *Wirtschaftsethik = Herder spektrum* 4013, Freiburg i.Br. 1991; M. Kock (Ed.), *Bausteine für eine künftige Wirtschaftsethik. Dialogergebnisse des Gesprächskreises Kirche – Unternehmer in der Evangelischen Kirche im Rheinland*, Neukirchen 1998; H. Lenk/M. Maring (Ed.), *Wirtschaft und Ethik*, Stuttgart 1992 (dissertações centrais sobre o tema com documentos); G. Willke, *Neoliberalismus*, Frankfurt a.M. 2003. – neste contexto deve-se fazer referência a um documento injustamente esquecido, um dos primeiros textos sobre o tema: A. Marx, *Wirtschaftsethik, Vorlesung im Sommersemester 1957*, editado por von Th. Bartscher/E. Gaugler, Mannheim 2003 (Forschungsstelle für Betriebswirtschaft und Sozialpraxis e.V.).

³⁷ Cf. brevemente os comentários de P. Ulrich in: *Integrative Wirtschaftsethik*, p. 11 segs., p. 17 seg., passim; *Zivilisierte Marktwirtschaft*, p. 9 segs., p. 19-44, passim.

devemos entender o título de seu livro “*La déraison de la raison économique: Du délire d'efficacité au principe de précaution.*”³⁸

Assim é demonstrado até que ponto o racional da economia pode estar na contramão do que é razoável no social. Latouche distingue entre o racional, sobretudo quando discute sua quantificação, e o razoável, que permite diversas atitudes mentais. A razão é libertada daquelas restrições. O que, de início, pode parecer irracional, às vezes acaba se revelando como o razoável e pode levar a consequências graves ou até erradas, quando, por exemplo, se afirma o seguinte: “o retorno da razão exige o destronamento da economia.”³⁹ Neste contexto, também é tratado, naturalmente, o encontro entre culturas estrangeiras e economias locais, que vemos muito rapidamente ameaçadas pela globalização.⁴⁰ A análise destas dimensões contribui para uma considerável expansão do tema, principalmente do modelo do *homo oeconomicus*.

Desta forma, a razão pode libertar-se para si própria. Ciente da serenidade e humildade, da correção de seu julgamento e do direito do bem comum, se fortalece. Assim, quando trocas são baseadas em valores equivalentes, preços corretos e comércio justo, também as relações de mercado se transformam .

É importante, também, que economistas de renome se empenhem por uma ampliação da visão de mundo na economia. Em sua área de estudo criaram um mundo estreito, distante da cultura, que não corresponde mais à realidade atual. A ciência econômica nunca contemplou a possibilidade de fazer uma análise crítica da possível força de uma cultura para conter um pensamento puramente mercantil. A interdependência do material e do mental, tão invocada por G. Simmel⁴¹ em sua obra, foi insistentemente ignorada. “Talvez não seja possível evitar ou eliminar conflitos por meio de uma teoria econômica bem esclarecida, mas, sim, é possível identificar a relação causal entre ambos. É fato que a atividade econômica seja o centro da vida cotidiana, em todo o mundo e de forma inevitável; ela domina nossa existência não apenas fisicamente, mas atuando profundamente sobre os padrões culturais da vida de cada um, de distintas maneiras em diferentes lugares e épocas. Não basta nos dedicarmos apenas à otimização do funcionamento da economia; também é preciso avaliar criteriosamente tudo o que ela nos proporciona em termos de substância e no âmbito mental-cultural. Isto também pressupõe seu questionamento, algo que não devemos deixar em suas próprias mãos, descontroladamente.”⁴²

Portanto, a economia não deve ser deixada apenas nas mãos dos economistas. Certamente existem regras próprias no “sistema” econômico.⁴³ Mas não devemos esquecer que a economia, junto com suas condicionantes e seus impactos, fazem parte do domínio cultural.⁴⁴ Sendo assim, o homem como indivíduo tem consciência de sua capacidade de criar e da

³⁸ Zürich 2004, Paris 2001 (cf. bibliografia de artigos predominantemente em francês: p. 213 seg.), especialmente p. 67seg., p. 93 seguintes, p. 117seguintes, p.161 seguintes.

³⁹ Ib., Prefácio de W. Sachs, p. 9.

⁴⁰ Cf., além das publicações já mencionadas de autoria de S. Latouche, especialmente J. Wallacher et al (Ed.), *Unternehmensethik im Spannungsfeld der Kulturen und Religionen = Globale Solidarität – Schritte zu einer neuen Weltkultur* 14, Stuttgart 2006 (entre estas, especialmente a introdução dos editores e as contribuições de J. Wieland e H. Hagemann/E. Strohscheidt). Neste contexto , também J. D. Sachs, *Wohlstand für viele. Globale Wirtschaftspolitik in Zeiten der ökologischen und sozialen Krise*, München 2008.

⁴¹ Cf. *Aufsätze und Abhandlungen 1894-1900*. Edição completa 5, Frankfurt a.M. 1992.

⁴² P. Bendixen, *Das verengte Weltbild der Ökonomie. Zeitgemäß wirtschaften durch kulturelle Kompetenz*, Darmstadt 2003 (Lit.).

⁴³ Cf. também N. Luhmann, *Die Wirtschaft der Gesellschaft*, Frankfurt a.M. 1988, edição de bolso, Frankfurt a.M. 1994.

⁴⁴ O já citado A. Marx o expressou de maneira convincente em sua preleção „*Wirtschaftsethik*“ no ano de 1957 (cf. ref. 36 acima), cf. *Wirtschaftsethik*, p. 15-35.

responsabilidade ética pelas consequências de sua atividade, o que muitas vezes é pouco considerado.⁴⁵ Não basta que a economia, com a melhor das intenções e o merecido reconhecimento, contribua, com seus lucros para a viabilização de projetos sociais e culturais; ela própria deve desenvolver, internamente e por convicção própria, uma sensibilidade *ética* baseada no social, cultural e político.⁴⁶ Não é necessário que eu me detenha sobre as consequências disto para o entendimento da economia social de mercado, que aqui clama por um equilíbrio nada óbvio entre mercado e bem comum, muito embora isto tenha, e sempre terá, importância fundamental para o futuro de qualquer economia de mercado. Pois, na realidade, uma economia de mercado pura sempre corre o risco de ameaçar-se a si própria pelo excessivo aquecimento. Mas isto também já foge ao princípio de racionalidade.⁴⁷

Neste contexto, não devemos esquecer, também, que, com tantas demandas internas e externas, e devido à deficiência da orientação fundamental, muitas empresas repensaram sua cultura e “filosofia” sob a perspectiva da ética e passaram a se dedicar a novas formas de estruturação e ao refinamento da competência de suas lideranças visando a uma gestão mais compatível com a ética. Não deve ser subestimada a importância deste autocompromisso.⁴⁸

Finalizando, gostaria de apontar ainda um último aspecto, que demonstra a ocorrência de mudanças na economia. Devido à cooperação entre diversas disciplinas, como, por exemplo, a psicologia, neurociências, política e economia – denominadas “Humanomics” – foi possível compreender melhor as decisões tomadas pela economia. Isto também implica, principalmente, um melhor conhecimento do ser humano, seja cliente ou funcionário. Possibilita que o homem seja redescoberto pela economia, mas também pela ciência econômica, aproximando a economia muito mais da vida. “Durante todo um século, a imagem do homem racional representava a base do pensamento (dos pesquisadores). Este fundamento raso agora é implodido e um novo está em construção. Não é tão organizado e compacto, mas é uma obra cheia de desníveis, fissuras e lacunas. Entretanto, apresenta uma inestimável vantagem: está muito mais próxima do mundo da economia moderna e nos ajuda a entendê-lo e a nos movimentarmos dentro dele. – Os pesquisadores não mais nos impõem um *homo oeconomicus*, um ideal racional, que procuramos seguir, ainda que sem sucesso, ou que rejeitamos indignados. Agora, trata-se de uma imagem em que nos vemos refletidos, um tipo de *homo oeconomicus humanus*. É chegado o tempo desta revolução a partir da base, que volta a fazer da economia algo interessante, fascinante, próxima da vida e da experiência.”⁴⁹

⁴⁵ Cf. B. Noll, *Wirtschafts- und Unternehmensethik in der Marktwirtschaft*, p.153-168; E. Nass, *Der Mensch als Ziel der Wirtschaftsethik*, p.197 segs., p. 275 segs.

⁴⁶ Aqui se estabelece uma relação com a doutrina social católica e o diálogo entre esta e a teoria econômica liberal, cf. Schwarz/U. J. Wenzel (Ed.), *Lust und Last des Liberalismus. Philosophische und ökonomische Perspektiven*, Zürich 2006 (Coletânea de textos importantes); C. Dölken, *Katholische Sozialtheorie und liberale Ökonomik. Das Verhältnis von Katholischer Soziallehre und Neoliberalismus im Lichte der modernen Institutionenökonomik = Die Einheit der Gesellschaftswissenschaften 77*, Tübingen 1992, em relação ao nosso tema cf. especialmente p. 234segs.; sobre o tema mais abrangente cf. a obra de E. Nass, *Der Mensch als Ziel der Wirtschaftsethik*.

⁴⁷ Cf. meus comentários anteriores „*Notwendiger Wandel der Sozialen Marktwirtschaft?*“ (cf. acima ref. 22) e principalmente K. Homann, *Das ethische Programm der Marktwirtschaft*, p.25 segs., especialmente p. 37 segs. A esta altura é necessário chamar a atenção sobre as posições críticas de renomados economistas americanos, como J. K. Galbraith, *A Economia das Fraudes Inocentes. Vom Realitätsverlust der heutigen Wirtschaft*, München 2007; dos mesmos., *Die solidarische Gesellschaft. Plädoyer für eine moderne soziale Marktwirtschaft*, Hamburg 1998; R. Reich, *Superkapitalismus. Wie die Wirtschaft unsere Demokratie untergräbt*, Frankfurt a.M. 2008.

⁴⁸ Cf. detalhadamente em B. Noll, *Wirtschafts- und Unternehmensethik in der Marktwirtschaft*, p. 116-152 (Lit.). Procedimento semelhante também é visto em certas áreas da medicina e da indústria farmacêutica.

⁴⁹ U. J. Heuser, *Humanomics. Die Entdeckung des Menschen in der Wirtschaft*, Frankfurt a.M. 2008, p.9; cf. do mesmo autor *Tausend Welten* (1996), *Das Unbehagen im Kapitalismus*, Frankfurt a.M. 2000 und *Schöpfer und Zerstörer* (com J. F. Jungclaussen), Frankfurt a.M. 2004.

Isto também pode ser exemplificado em outro contexto quando novas demandas, desnecessárias e sem sentido, são geradas e certamente acabarão sendo punidas pelo próprio mercado.⁵⁰ Ainda assim, tal “falta de razoabilidade” do *homo oeconomicus* pode manifestar-se na exacerbação do seu comportamento de consumidor, chegando até à “fúria consumista” que, movida por mecanismos de auto-preservação e, conseqüentemente, da própria razão, exigirá a limitação ou até mesmo o boicote ao consumo.⁵¹

Talvez o erro fundamental do modelo do *homo oeconomicus*, ainda que entendido apenas como construto teórico, seja que este tipo de abordagem apresenta o risco de isolar ou até encapsular o *homo oeconomicus* como sistema ou subsistema em relação a seu entorno ou a outros sistemas. Uma operação que envolva tal redução pode ser justificada metodologicamente em algumas ciências e ser necessária dentro de certos limites. Mas se isto acontece por princípio e inviabiliza a integração com outros sistemas de vida, passa a ser um caso do “reducionismo” presente em diversas disciplinas científicas. A totalidade do mundo e do homem não poderão mais ser vislumbradas.⁵² Num horizonte tão estreito já não será mais possível responder à pergunta para qual direção aponta o progresso.⁵³

Isto nos mostra, mais uma vez, o quanto é fascinante e rico o tema do *homo oeconomicus*, e quanto continua sendo necessário refletirmos ainda mais intensamente sobre este, a partir das diversas disciplinas e áreas de responsabilidade de muitas ciências. Isto também se aplica à política e sobretudo à consultoria política.

Este artigo tem o título “A sombra do *homo oeconomicus*”. Ficou clara a razão pela qual o ambivalente e mutável fenômeno do *homo oeconomicus* também é acompanhado de sombras. Muitas vezes é mais fácil identificar nas sombras os efeitos da luz. Mas não estamos amarrados às sombras. É possível sair delas. No entanto, para fazê-lo é preciso trilhar um outro caminho⁵⁴ — para poder pensar diferente: de forma integrada e útil à vida.

⁵⁰ Neste contexto cf. M. Füllsack (Ed.), *Verwerfungen moderner Arbeit. Zum Formwandel des Produktiven*, Bielefeld 2008, p.23segs., p. 133segs., p.167segs.

⁵¹ Para orientação, cf. B. Biervert, Art. *Konsum, Konsumgesellschaft*, und G. Scherhorn, Art. *Konsumverhalten*, in: *Lexikon der Wirtschaftsethik*, p.535-545, p.545-551; K.-G. Michel, *Konsumethik der Wohlstandsgesellschaft = Abhandlungen zur Sozialethik*, p.41, Paderborn 1997; ref. à perspectiva da ética social e cristã cf. H. Rumbach-Thome, *Kirchliche Konsumkritik und Grundzüge einer Christlichen Ethik des Konsums*, Diss.-theol. Ruhr-Universität Bochum 2003 (publicado online : <http://www-brs.ub.ruhr-uni-bochum.de/netahtml/HSS/Diss/RumbachThomeHeike/diss.pdf>); P. Ulrich, *Integrative Wirtschaftsethik*, p. 145, p.191, p.230, p.237seg., p.296 segs., p.355. Cf. também as opiniões de E. Tenzer, *Im Rausch der Tüten*, in: *Rheinischer Merkur*, Nr. 37, p.11. September 2008, p.13: „Esta doença (Compulsão por compras) é conhecida desde o início do século 20... O dilema existente é que, diferente da dependência química, na verdade trata-se de um comportamento socialmente aceito e economicamente desejado. Consumo é bom, garantem os especialistas da economia. Quem compra é capaz. O consumo aquece a economia, gera bem estar. E, sendo assim, consumidores compulsivos não chamam atenção de imediato, por estarem apenas cumprindo a função do *homo oeconomicus*.“

⁵² Cf. B. J. F. Lonergan, *Methode in der Theologie*, Leipzig 1991, p. 243, p. 252 seg.; V. Danna (Ed.), Bernard Lonergan. *Il metodo teologico, le scienze e la filosofia*, Cantalupa 2006, p. 80 segs., passim; P. Gilbert/N. Spaccapelo, *Il Teologo e la Storia*. Lonergan's Centenari (1904-2004), Roma 2006.

⁵³ Cf. P. Ulrich, *Zivilisierte Marktwirtschaft*, p. 45 segs., p. 151 segs.

⁵⁴ Cf. alguns trabalhos neste contexto: W. Ch. Zimmerli/St. Wolf (Hg.), *Spurwechsel. Wirtschaft weiter denken*, Hamburg 2006, 7ff., 271ff.